

Divulgação Excessiva de Informações e Ausência de Informação Relevante em Notas Explicativas

FERNANDO DE ALMEIDA ALVES

Universidade Federal de São Paulo

JORGE ANDRADE COSTA

Universidade Federal de São Paulo

Resumo

Este trabalho abordou a qualidade das informações divulgadas ao mercado por uma empresa aberta, em especial no que se relaciona à apresentação das Notas Explicativas que fazem parte das Demonstrações Contábeis. O estudo buscou verificar se houve redução na divulgação excessiva de informações irrelevantes e ausência de informações relevantes, conforme os preceitos da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A metodologia utilizada neste trabalho foi o estudo de caso. Com esta metodologia foram observadas as Demonstrações Contábeis da empresa TOTVS S.A., relativas aos exercícios findos de 2013 até 2019. Este período foi escolhido em função da vigência da OCPC 07, em 2014. A análise realizada abordou três fases, sendo que: (a) na primeira foram fixadas métricas comparativas de um ano para outro; (b) na segunda foram analisadas as notas de intangíveis, levando-se em consideração a sua relevância frente aos demais ativos da empresa; e por último (c) foram avaliadas as notas explicativas das principais políticas contábeis. Os resultados obtidos por este estudo apontam que houve uma sensível redução das notas explicativas divulgadas pela TOTVS S.A. nos anos subsequentes ao ano-base 2013, atendendo aos requerimentos da OCPC 07 e deixando as suas demonstrações contábeis mais relevantes. Esta redução não prejudicou a relevância das informações divulgadas, bem como eliminou o excesso de notas explicativas irrelevantes presentes na divulgação do ano-base. Como exemplo, houve uma redução de 35% no número de páginas divulgadas em 2014 em relação a 2013. Esta redução deveu-se, principalmente, à eliminação de informações irrelevantes, como cópias literais de normas contábeis.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis; Notas Explicativas; TOTVS; Relevância; OCPC 07.

1 Introdução

Com o fenômeno da globalização pode ser observado um aumento no fluxo de informações ao alcance dos usuários, sendo possível o acesso aos dados a qualquer tempo, entretanto apesar do aspecto positivo da disponibilidade da informação, o excessivo número de informações à disposição pode resultar em uma nova problemática relacionada à qualidade e à veracidade das informações, havendo uma infinidade de informações inúteis encobrindo informações relevantes. Desta forma, o obstáculo primário do usuário não é o de conseguir acesso às informações, mas sim, filtrar as que de fato são úteis para a tomada de decisão.

Em decorrência da Lei nº 6.404/1976 e dos órgãos reguladores as empresas são obrigadas a divulgar informações por meio de demonstrações contábeis anuais, com o objetivo de comunicar aos seus *stakeholders* informações sobre a estrutura patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. Para as empresas abertas, instituições financeiras, seguradoras, dentre outras, as demonstrações contábeis também devem divulgar demonstrações intermediárias, serem auditadas por firma de auditoria independente, além de serem fiscalizadas por órgãos reguladores.

Na tentativa de atender às exigências necessárias e apresentar uma informação completa, é observado nas Notas Explicativas divulgadas pelas empresas, textos complexos e longos, munidos muitas vezes de cópias literais do texto das normas contábeis, entretanto insuficientes quanto à relevância e materialidade dos dados relacionados com a empresa.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis pretendeu, com esta orientação, que os preparadores das demonstrações contábeis das empresas divulguem tão somente, informações relevantes aos seus usuários, sendo que para a contabilidade as informações devem conter valor preditivo, confirmatório ou ambos para serem relevantes nas tomadas de decisão.

Este trabalho aborda a lacuna existente na academia, em que não se encontra um número adequado de estudos abordando o tema de notas explicativas sob a ótica da OCPC 07 (CPC, 2014) sendo, portanto, útil para a academia, empresas e órgãos reguladores, pois irá prover a estes *stakeholders* informações úteis que poderão propiciar melhorias na qualidade das demonstrações contábeis divulgadas.

Para contribuir com esta lacuna, foi feita uma análise das Notas Explicativas divulgadas de uma empresa aberta (a TOTVS S.A.), em que foi realizada a comparação entre o exercício de 2013 (ano em que não havia a OCPC 07) e todas as demonstrações contábeis subsequentes até o exercício de 2019, de maneira a demonstrar os efeitos da OCPC 07 na qualidade dos dados divulgados pela empresa em estudo.

Neste contexto o objetivo deste trabalho é o de verificar se a TOTVS atendeu aos requerimentos da OCPC 07, deixando as suas demonstrações contábeis mais relevantes em suas divulgações.

A questão de pesquisa é “A TOTVS atendeu aos requerimentos da OCPC 07 e manteve em suas divulgações somente informações relevantes?”

2 Plataforma Teórica

2.1 O início da Contabilidade

Para abordar melhorias na qualidade das divulgações contábeis é preciso entender sobre o surgimento da contabilidade, suas principais funções e quais são os incentivos para que as empresas realizem as suas divulgações.

De acordo com Martins (2001), a existência da contabilidade está ligada intimamente com a existência da história da humanidade. Desde o surgimento das primeiras civilizações no mundo havia a necessidade de registro das atividades econômicas e a Contabilidade surgiu para auxiliar a população como ferramenta de registro e controle dos bens e transações ocorridas na época.

Conforme Martins (2001) a interação humana e as operações realizadas pelas civilizações tiveram sua complexidade aumentada e a contabilidade precisou acompanhar esta evolução, a fim de que pudesse atender ao seu propósito máximo que é o de informar. Desta forma, por volta dos séculos XII e XIII, a Contabilidade entrou numa fase moderna, e o desenvolvimento econômico surgido na época, principalmente na Itália, permitiu com que os mecanismos fossem aprimorados, possibilitando o controle e o gerenciamento dos negócios com o Sistema de Partidas Dobradas, método utilizado na Contabilidade até os dias atuais.

Na visão de Iudícibus et al. (2005), a Contabilidade acompanhou a evolução da história humana, pois havendo a urgência na procura de modelos que servissem para solução de problemas reais de controle de patrimônio ou das transações em relações econômicas, a Contabilidade atendia estas necessidades e se adequava em todos os tipos de registros exigidos.

Assim sendo, a Contabilidade nasce e evolui a partir das necessidades de administradores, comerciantes, banqueiros, governos, entre outros, de um modelo para simples controle inicialmente para, com o passar do tempo, se transformar em complexas tratativas do mundo dos negócios atuais, incorporando a mensuração de transações, lucros e consolidação de conglomerados econômicos, mas sem nunca perder a essência de sua criação: o controle.

2.2 A Função da Informação Contábil

Para iniciar a discussão proposta neste trabalho é necessário conceituar e apresentar a importância da Informação Contábil.

Para Kam (1986) a informação existe quando ela é relevante para a tomada de decisão e se a informação é capaz de reduzir a incerteza sobre um evento, ou seja, baseado em dados históricos é possível prever resultados futuros. A informação também tem como requisito a oportunidade (tempestividade), pois ela deve estar disponível no momento ideal, sendo útil para a tomada de decisões, caso contrário, a informação perderá sua relevância, não sendo considerada informação útil.

No Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conceitua os requisitos que as informações contábeis devem seguir, por meio do CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019), a fim de que possam atender às necessidades dos usuários e que apenas as informações úteis possam ser divulgadas.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2019) uma das principais características apresentadas pela Contabilidade é que a informação contábil precisa ser relevante. Para caracterizar esta relevância, a informação deve ser capaz de influenciar a tomada de decisão dos usuários, tendo valor preditivo, confirmatório ou ambos.

Outra característica fundamental apresentada no CPC 00 (R2) e que faz parte da relevância é a materialidade e a ocorrência de omissão ou divulgação distorcida, pois a inobservância destes conceitos pode influenciar os usuários da informação contábil a tomarem

decisões errôneas com base no que lhes forem reportados. A materialidade é específica por entidade, seja na natureza da informação ou na sua magnitude. Portanto a materialidade deve servir como base para que os documentos contenham apenas informações que possam influenciar na tomada de decisão do usuário e que elas estejam claras e presentes de maneira efetiva, não precisando divulgar, portanto, informações sem importância.

É necessário para o CPC 00 (R2) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019) que a informação divulgada seja fidedigna, ou seja, para cada fenômeno que ocorrer na entidade as divulgações precisarão ser representadas de acordo com o que efetivamente ocorreu e, para que a informação seja fidedigna com a realidade, é preciso que os dados estejam corretos e completos, que sejam neutros e livres de erros, contendo toda a explicação necessária para que os usuários da Contabilidade compreendam os fatos ocorridos no evento apresentado.

A relevância (que inclui materialidade) e a representação fidedigna são caracterizadas pelo CPC 00 (R2) como características qualitativas fundamentais da informação contábil. No mesmo normativo há ainda as características qualitativas de melhoria que são a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade.

A comparabilidade é a característica que permite aos usuários identificar e compreender similaridades entre os itens das demonstrações contábeis, comparando-os de um período para o outro ou mesmo com outras entidades. É preciso que os dados sejam consistentes ao longo dos anos (uso do mesmo método para os mesmos itens por um período) para que possa haver uma boa comparabilidade.

A verificabilidade é o que auxilia os usuários a se assegurarem de que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico a que se propôs a representar, permitindo que diferentes observadores (auditores, órgãos reguladores etc.) possam avaliar os valores e chegar a um consenso a partir das métricas e métodos divulgados pela entidade.

A tempestividade significa que as empresas devem divulgar as informações disponíveis para os tomadores de decisão em tempo hábil. Dessa forma, quanto mais tempo a informação demorar de ser divulgada, menos utilidade ela terá. Todavia, se a informação não for divulgada antes da tomada de decisão, perderá a sua validade.

Por fim, há a compreensibilidade, que permite a classificação e a apresentação da informação com clareza, tornando-a compreensível. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2019) determina um limite para este item, sendo que a compreensibilidade deva se enquadrar para os usuários que possuam um mínimo de conhecimento sobre o assunto. Sem esta qualidade, os relatórios poderiam ficar incompletos e até mesmo potencialmente distorcidos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) define que o objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas.

Para alcançar tal objetivo, as demonstrações devem fornecer informações referentes a ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas (incluindo os ganhos ou perdas), alterações no capital por meio de integralização ou distribuição, o fluxo de caixa e demais evidências presentes nas notas explicativas.

Para se comunicar com os seus usuários, a Contabilidade utiliza como veículo de divulgação o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado (DRE), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), bem como as Notas Explicativas contendo as políticas utilizadas e outras informações e detalhamentos.

2.3 A Teoria da Divulgação

A informação contábil é importante para todos os envolvidos, sejam eles usuários internos ou externos da entidade. Com o passar do tempo há exigência de que uma maior gama de dados seja divulgada, com maior precisão e detalhes e com intervalos de tempo cada vez menores, sendo que a perfeição se atingiria com toda a informação disponível de maneira precisa e *on line*. Entretanto, a fim de preservar o sigilo em algumas situações os preparadores das informações são induzidos a não divulgar determinadas informações. (SALOTTI e YAMAMOTO, 2008).

É baseado no conflito entre divulgar as informações com a maior amplitude possível ou manter o sigilo quanto às decisões estratégicas da companhia com custos aceitáveis que circunda o campo de atuação da Teoria da Divulgação, busca-se encontrar o ponto ideal entre os interesses externos e internos e as motivações que levam as companhias a divulgarem os seus dados ao mercado.

De acordo com Salotti e Yamamoto (2006) os fatores externos que mais influenciam a gama de informações a serem divulgadas e em que nível serão abordadas são o ambiente que a empresa está inserida, o grau de exigência dos usuários relacionados, informações advindas de setores da sociedade e seus próprios concorrentes, a divulgação de dados socioeconômicos da população, investimentos e a existência de um mercado de capitais estruturado.

Na Teoria da Divulgação, as pesquisas se baseiam no conceito de seleção adversa. De acordo com Salotti e Yamamoto (2005) a lógica desse conceito pode ser percebida quando um comprador racional interpreta informação não divulgada como uma informação não favorável sobre o valor ou qualidade do ativo.

Desse modo, a estimativa do valor do ativo passa a ser adversa, ou seja, na falta de informação, os investidores descontam o valor dos seus ativos até o momento em que se torna interessante que a informação seja revelada, mesmo desfavorável para a entidade. A noção de que determinada informação não divulgada pode ser revelada em função do comportamento dos investidores é um resultado seminal que fornece base a quase todas as pesquisas deste tema.

Um dos principais estudos que abordam este tema foi feito por Verrecchia (2001). Neste estudo, os trabalhos existentes são divididos em três categorias: a divulgação baseada em associação, a divulgação baseada em eficiência e a divulgação baseada em julgamento.

Para a divulgação baseada em associação, existe a análise exógena do comportamento dos interlocutores, suas mudanças em atividades e os resultados oferecem relações ou associações entre as informações divulgadas e as mudanças de preço das ações das companhias, volume de negócios, entre outros fenômenos do mercado.

Para a divulgação baseada em eficiência, o foco é na eficiência e os preparadores das informações procuram verificar o modelo de divulgação preferido pelos usuários das informações. Desta forma, busca-se avaliar o nível de desequilíbrio informacional entre empresa e investidores e dissipar esse desequilíbrio com a divulgação dos relatórios.

É observado que os gestores encontram dificuldades em atingir os níveis mais elevados de divulgação devido ao alto custo inerente a este processo. Desta forma, uma solução que visa atingir o ponto ótimo é o comprometimento da empresa em divulgar ao público no momento exato da ocorrência de um fato econômico com uma política de divulgação eficiente em que não deixe de comunicar os fatos relevantes, mas resguardando a empresa de ter que divulgar 100% de suas informações em tempo real.

Para a divulgação baseada em julgamento, trata-se como um fator endógeno à companhia, ou seja, é avaliado o ponto de vista da entidade para definir se tal informação deve ser divulgada, ou não, ao mercado.

Elucidando essa teoria, Salotti e Yamamoto (2006) citam que uma empresa com ótimas perspectivas financeiras para os próximos três anos tem um incentivo maior de divulgar em

detalhes essas perspectivas, pois acredita que os custos relacionados a essa divulgação compensam os benefícios, porque a não divulgação dessa informação levaria o mercado a interpretar que as perspectivas financeiras dos próximos anos seriam ruins.

Como existem condições a serem atendidas para que a divulgação ocorra, Verrecchia (1990) busca esclarecer a relação entre qualidade da informação e divulgação voluntária. Como resultado, cita que se a informação não é relevante, não existe estímulo a divulgá-la devido ao alto custo e nenhum benefício atrelado.

Caso exista relevância e maximize o valor dos ativos da empresa, a informação será divulgada, uma vez que o custo inerente perde relevância. Assim sendo, existe um paralelo entre a qualidade da informação e o nível de divulgação adotado pela entidade.

O resultado das principais pesquisas relacionadas ao tema da Teoria da Divulgação como referencial teórico convergem ao ponto de equilíbrio que determina o nível de divulgação a ser adotado pelos administradores, sendo que este será definido baseado nos benefícios apresentados à entidade, de tal forma que se os benefícios se encontrarem acima deste ponto terão as informações divulgadas e, caso contrário, se a divulgação do evento não apresenta estímulos suficientes à entidade, deixará de ser transmitida.

2.4 Divulgações em Notas Explicativas

Adentrando ao tema central deste trabalho a OCPC 07 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2014) orienta sobre os requisitos básicos na elaboração e evidenciação a serem observadas quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, em especial, no que compreende às informações contidas e divulgadas em Notas Explicativas.

As notas explicativas devem atender às características da informação contábil apresentadas anteriormente e contidas no CPC 00 (R2) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2019) e devem acompanhar as demonstrações contábeis como parte integrante, mas não sendo consideradas como uma demonstração contábil. As notas explicativas são responsáveis por preencher as lacunas existentes que impossibilitariam o correto entendimento das demonstrações contábeis as quais acompanham.

Franco (1989) aborda a finalidade da prestação de informações aos *stakeholders* e informa que a técnica de apresentação das informações contábeis deve subordinar-se aos critérios da clareza e objetividade para que possam ser devidamente interpretadas por todos aqueles que têm seus interesses vinculados ao patrimônio da entidade.

Para Iudícibus (2000), ocultar informações ou fornecê-las de maneira demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso.

De acordo com Santos (2018) o tempo de abertura de capital de uma empresa está inversamente associado ao tamanho das notas explicativas, evidenciando assim que o *know-how* desenvolvido pelas empresas com o passar do tempo aumenta a assertividade quanto aos aspectos relevantes e que devem ser divulgados aos usuários das informações.

Lang e Lundholm (1993) buscaram determinar os principais fatores que influenciariam as empresas a divulgarem voluntariamente os seus dados. Chegaram à conclusão que grandes empresas divulgam mais, pois seus custos de divulgação tendem a ser proporcionalmente menores. Empresas que emitem títulos primários divulgam mais pela necessidade de atrair investidores do que empresas cujo capital já foi aberto no passado e se tornaram conhecidas dos investidores. Os autores também verificaram que os níveis de divulgação das empresas são diretamente proporcionais ao seu desempenho.

A divulgação de informações imateriais e, principalmente, a reprodução de textos dispostos nas normas, integral ou parcialmente, são itens que a entidade deve abolir de suas

práticas contábeis, tendo em vista as orientações contidas na OCPC 07 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2014).

3 Procedimentos Metodológicos

O estudo terá como natureza a pesquisa qualitativa que é o método pelo qual é caracterizado pela descrição, compreensão e interpretação dos fatos e/ou fenômenos (MARTINS, 2008), o que auxiliará na compreensão dos motivos pelos quais os órgãos reguladores se preocupam com o tema desenvolvido e formas de racionalização deste problema.

A abordagem de avaliação utilizada neste trabalho foi o estudo de caso. Para Ventura (2007), com este procedimento supõe-se que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. Executando pesquisa documental por meio da análise de conteúdo, Martins (2008) descreve este método como conveniente para se estudar e avaliar relatórios divulgados por uma companhia, o que auxiliará na identificação da objetividade e da sistemática da comunicação utilizada pela TOTVS S.A. em suas demonstrações contábeis.

Godoy (1995) aponta que a escolha dos documentos não é um processo aleatório, mas se desenvolve em função de alguns propósitos, ideias ou hipóteses.

Para exercitar a hipótese de que há oportunidades de racionalização das demonstrações contábeis que melhorem a qualidade das divulgações, foram coletados os relatórios divulgados pela TOTVS S.A., empresa listada na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Foram verificadas as demonstrações contábeis anuais divulgadas dos exercícios de 2013 até 2019.

As demonstrações contábeis do ano de 2013 serviram de base de comparação, pois a empresa TOTVS S.A. comunicou ao mercado a sua aderência à OCPC 07 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2014) no ano de 2014. Esta orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis objetivou melhorar a qualidade e reduzir o volume de informações não relevantes constantes nas Notas Explicativas das demonstrações contábeis.

O estudo e análise das demonstrações contábeis da TOTVS S.A. de 2013 a 2019 se concentrou na parte das Notas Explicativas. Foram fixadas métricas quantitativas comparativas para verificar as mudanças entre as informações divulgadas neste período e o grau de importância destas mudanças. As métricas fixadas foram a quantidade numérica de páginas do relatório, a proporção de tabela por página e o número de palavras.

O passo seguinte foi avaliar os intangíveis, em função deste ativo ser relevante na atividade principal da companhia.

As notas explicativas avaliadas do intangível possuem requerimentos constantes no CPC 04 (R1) – Ativo Intangível (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010). Estas notas foram revisadas individualmente ano a ano e comparadas com a OCPC 07. O objetivo foi identificar se a companhia segue as exigências das normas, além de considerar que os conceitos descritos no referencial teórico deste trabalho, bem como verificar as alterações que a TOTVS S.A. procedeu anualmente a partir de 2014. O CPC 04 (R1) possui seção que trata de divulgação de intangíveis em notas explicativas. O entendimento da orientação do CPC é que, mesmo que as normas requeiram divulgações, a companhia deve avaliar se a divulgação requerida é relevante para ser divulgada.

Por último, com base nas normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi realizado o desenvolvimento e análise da Nota Explicativa sobre as “Principais Políticas Contábeis”. Nessa etapa, as demonstrações contábeis de 2013 a 2019 foram comparadas, primeiramente entre si e após isto, individualmente, com base nas normas contábeis requeridas pela CVM, ou seja, as normas emitidas pelo CPC.

4 RESULTADOS

4.1 Resultados para as Métricas Comparativas

Com o intuito de realizar a avaliação com relação à redução e em qual nível de importância estas alterações foram aplicadas nos relatórios divulgados pela TOTVS S.A., foi realizado o estudo das métricas quantitativas comparativas descritas na seção “Metodologia da Pesquisa” deste trabalho.

A primeira métrica utilizada foi a quantidade total de palavras constantes nas notas explicativas. A Tabela 1 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2019, sendo que o ano de 2013 foi considerado o ano-base:

Tabela 1 - Quantidade de palavras nas notas explicativas da TOTVS

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Palavras totais	23.503	15.065	17.102	17.935	18.242	20.564	18.841
Variação em relação ao ano-base (%)	-	(35,90)	(27,23)	(23,69)	(22,38)	(12,50)	(19,84)
Variação em relação ao ano anterior (%)	-	(35,90)	13,52	4,87	1,71	12,73	(8,38)

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

A TOTVS teve uma redução de 8.438 palavras entre os anos de 2013 e 2014, equivalente a uma redução de 36% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração todo o período houve, em média, 17.958 palavras entre os anos 2014 e 2019, representando uma redução de 23,59% em relação ao ano-base.

A redução na quantidade de palavras acarretou na redução da quantidade de páginas totais do relatório, sendo esta a segunda métrica considerada. A Tabela 2 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2019:

Tabela 2 - Quantidade de páginas nas notas explicativas da TOTVS

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Número páginas	66	43	44	48	47	49	48
Variação em relação ao ano-base (%)	-	(34,85)	(33,33)	(27,27)	(28,79)	(25,76)	(27,27)
Variação em relação ao ano anterior (%)	-	(34,85)	2,33	9,09	(2,08)	4,26	(2,04)

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

A TOTVS realizou uma redução de 23 páginas entre os anos de 2013 e 2014, equivalente a uma redução de 34,85% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração todo o período houve, em média, uma redução de 47 páginas entre os anos 2014 e 2019, representando uma redução de 29,55% em relação ao ano-base.

A próxima métrica comparada foi a utilização de tabelas no relatório, uma vez que a utilização de tabelas facilita a organização dos dados apresentados, melhorando a qualidade da divulgação como um todo, evitando ainda a repetição desnecessária de algumas informações e compilando apenas as informações importantes. A Tabela 3 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2019:

Tabela 3 - Quantidade de tabelas nas notas explicativas da TOTVS

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tabelas totais	60	54	59	64	62	62	59
Variações em relação ao ano-base (%)	-	(10,00)	(1,67)	6,67	3,33	3,33	(1,67)
Variações em relação ao ano anterior (%)	-	(10,00)	9,26	8,47	(3,13)	0,00	(4,84)

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Houve a redução de 6 tabelas entre os anos de 2013 e 2014, equivalente a uma redução de 10% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração todo o período houve, em média, 60 tabelas entre os anos de 2014 e 2019, considerando que neste item não houve redução relevante em comparação com o ano-base.

Para complementar a avaliação anterior, visto que a quantidade total de tabelas não traz toda a informação relevante, uma vez que houve uma redução significativa na quantidade de palavras e páginas do relatório, a próxima métrica visou a análise do coeficiente de tabelas por página das Notas Explicativas. A Tabela 4 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2019:

Tabela 4 - Quantidade de tabelas por página nas notas explicativas da TOTVS

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tabelas por página	0,91	1,26	1,34	1,33	1,32	1,27	1,23
Variação em relação ao ano-base (%)	-	38,14	47,50	46,67	45,11	39,18	35,21
Variação em relação ao ano anterior (%)	-	38,14	6,78	(0,56)	(1,06)	(4,08)	(2,86)

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

A TOTVS realizou o acréscimo de 0,35 tabela por página entre os anos de 2013 e 2014, equivalente a um acréscimo de 38,14% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração todo o período houve, em média, 1,24 tabela por página entre os anos 2014 e 2019, representando um acréscimo de 41,97% em relação ao ano-base.

O aumento na quantidade de tabelas pode ser entendido como consequência da redução do número de palavras e páginas, visto que muitas destas tabelas foram inseridas em substituição a textos longos, repetitivos e de difícil compreensão, sendo estas novas tabelas extremamente vantajosas a todos que acompanham as Demonstrações Contábeis da Entidade, uma vez que as informações constantes em tabelas são mais fáceis de serem compreendidas.

Encerrando o estudo das métricas comparativas, a última avaliação realizada foi em relação ao número de itens descritos em “Principais Políticas Contábeis”, visto que esta é uma nota explicativa em que as companhias devem mostrar as políticas escolhidas em situações em que as normas apresentam mais de uma opção de contabilização, sendo que, saber qual foi a opção da empresa em determinados assuntos é essencial para a correta compreensão das Demonstrações Contábeis. Entretanto muitas empresas realizam a inclusão de textos literais das Normas nesta Nota Explicativa, tornando a sua leitura prolongada e as informações relevantes pode passar despercebidas ou dissolvidas em meio às cópias literais. A Tabela 5 apresenta a compilação dos dados entre os anos de 2013 e 2019:

Tabela 5 - Quantidade de itens sobre políticas contábeis nas notas explicativas da TOTVS

TOTVS S.A.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Número de itens sobre políticas contábeis	26	8	11	11	12	14	12
Variação em relação ao ano-base (%)	-	(69,23)	(57,69)	(57,69)	(53,85)	(46,15)	(53,85)
Variação em relação ao ano anterior (%)	-	(69,23)	37,50	0,00	9,09	16,67	(14,29)

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

A TOTVS realizou a redução de 18 itens de políticas contábeis entre os anos de 2013 e 2014, equivalente a uma redução de 69,23% da totalidade em relação ao ano-base. Levando-se em consideração todo o período houve, em média, 13,43 itens entre os anos 2014 e 2019, representando uma redução de 56,41% com relação ao ano-base.

Em outras palavras a quantidade de políticas contábeis de 2013 (antes da OCPC 07) em relação a 2014 era superior a mais de 3 (três) vezes. Já se for considerado o ano de 2019 em relação a 2013, a quantidade de notas explicativas era superior em 116,67%.

Ao ler as notas explicativas eliminadas percebe-se que tratava de informações não relevantes e que não fizeram falta aos usuários das informações contábeis, pelo contrário, deram mais clareza às notas explicativas e economizou tempo dos usuários.

4.2 Resultado da Análise das Notas Explicativas do Intangível

Visando avaliar o impacto efetivo das mudanças provenientes da orientação do CPC, foi conduzido um estudo detalhado para a Nota Explicativa de Intangível, devido ao contexto operacional em que a empresa está inserida, ou seja, trata-se de uma empresa que investe altos montantes em sistemas. A relevância destes ativos com base no Ativo Total da empresa pode ser percebida por meio da Tabela 6, em que foi realizada uma Análise Vertical:

Tabela 6 - Representatividade dos ativos intangíveis da TOTVS em relação ao total de ativos

Valores em %	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ativo Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ativo Circulante	50,94	53,93	43,49	38,94	41,64	42,66	56,68
Ativo Não Circulante	49,06	46,07	56,51	61,06	58,36	57,34	43,32
Intangível	34,18	30,42	41,28	42,07	38,54	35,84	22,93

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

A redução percentual no ativo intangível observada em 2019 não está relacionada à diminuição relevante no valor dos Intangíveis. Tal redução refere-se ao aumento no total de ativos em função do aporte de capital realizado pela empresa que foi registrado contabilmente em “Caixa e Equivalentes de Caixa”, conforme pode ser observado na Tabela 7:

Tabela 7 - Representatividade do Caixa da TOTVS em relação ao total de ativos

Valores em %	31/12/2018	31/12/2019
Ativo Total	100,00	100,00
Ativo Circulante	42,66	56,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	18,94	43,50
Ativo Não Circulante	57,34	43,32

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Para reforçar a afirmação anterior, a Tabela 8 apresenta o estudo via Análise Horizontal da conta de “Intangível” no balanço da empresa, sendo que a pequena redução no valor entre os anos de 2018 e 2019 é justificada tão somente pela amortização dos ativos intangíveis:

Tabela 8 - Evolução do Intangível da TOTVS de 2013 a 2019 – Valores em milhares de reais

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intangível	631.907	652.086	1.099.012	1.028.136	960.968	857.128	810.697
Δ% em relação ao ano-base	#	3,19	73,92	62,70	52,07	35,64	28,29
Δ% em relação ao ano anterior	#	3,19	68,54	(6,45)	(6,53)	(10,81)	(5,42)

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Em 2013 a TOTVS descreveu sobre intangíveis na nota explicativa de Principais Políticas Contábeis (Nota 2.10) e também em nota explicativa específica sobre o assunto (Nota 13).

Na Nota de Principais Políticas Contábeis podem ser observados trechos desnecessários e cópias literais das Normas Contábeis, definições de termos contábeis e suas formas de contabilização, como por exemplo a definição de áglio.

Na nota explicativa específica a empresa apresenta algumas tabelas para demonstrar as posições da controladora e do consolidado, bem como uma tabela identificando as adições realizadas via combinação de negócios. Em seguida foi incluído um texto contendo uma

explicação quanto ao método de amortização de seus Ativos e, ao final, a composição da coluna “Outros” das tabelas de posição da controladora e consolidado. Quanto a estes textos explicativos, é possível ressaltar que eles deveriam acompanhar a tabela de composição dos ativos da controladora e consolidado, ao invés de serem adicionados ao final da seção, após a tabela de ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios, pois desta forma o seu objetivo seria melhor compreendido.

No ano de 2014 as informações dos intangíveis constam apenas em nota explicativa específica (Nota 12). Assim sendo, na Nota de Principais Políticas Contábeis, foi suprimida a parte que abordava os intangíveis.

Na Nota 12 consta inicialmente a descrição referente às contabilizações, tendo sido suprimidas as repetições desnecessárias da Norma, seguidos pela(s): (a) tabelas descritivas da controladora e consolidado; (b) apresentação das descrições referentes à amortização dos ativos; e (c) composição da coluna “Outros”. Para finalizar foi apresentada uma tabela referente aos ágios da TOTVS. Esta apresentação demonstra que a empresa teve a percepção de que os textos explicativos, ressaltados na análise das notas de 2013, deveriam acompanhar a tabela contendo o resumo dos ativos, reduzindo majoritariamente os descritivos em textos e descrevendo na Nota apenas o que é essencial. A empresa focou seus esforços em apresentar tabelas e isto facilitou a leitura e compreensão da nota explicativa, o que é um objetivo da orientação do CPC.

Para o ano de 2015 a empresa adotou a mesma estrutura do ano anterior, abordando o tema em Nota Específica (Nota 13) e realizando a inclusão da análise do valor recuperável de ativos. Pode ser observada a mesma sensibilidade do ano anterior, não apresentando trechos desnecessários das normas, utilizando as tabelas para facilitar o entendimento e apresentando apenas as informações mais relevantes aos *stakeholders*.

Não foram observadas alterações relevantes para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 em relação ao tema, mantendo a mesma estrutura utilizada no ano de 2015.

4.3 Resultado da Análise das Notas Explicativas das Principais Políticas Contábeis

No ano de 2013 a empresa realizou a abertura de suas principais políticas contábeis em 26 itens, conforme Tabela 9:

Tabela 9 - Principais Políticas Contábeis da TOTVS em 2013

Item	DESCRIÇÃO
01	Base de preparação
02	Consolidação
03	Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
04	Informações por segmento
05	Caixa e equivalentes de caixa
06	Instrumentos financeiros
07	Contas a receber de clientes
08	Investimentos em controladas
09	Imobilizado
10	Intangível
11	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
12	Contas a pagar aos fornecedores
13	Empréstimos e financiamentos
14	Pagamento baseado em ações
15	Outros benefícios a empregados
16	provisões
17	Dividendos e juros sobre o capital próprio
18	Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
19	Ajuste a valor presente de ativos e passivos

20	Capital social
21	Ações em tesouraria
22	Receitas e despesas
23	Tributação
24	Lucro por ação
25	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
26	Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Em sua grande maioria, estes 26 itens apresentaram cópias literais de normas ou formas de contabilização já previstas nos regulamentos contábeis. Desta forma os 26 itens não apresentaram informações relevantes para os *stakeholders*, de tal maneira que foram revistos no ano de 2014, de acordo com a orientação do CPC.

No ano de 2014 a empresa reduziu sensivelmente esta nota e realizou a abertura de apenas 8 itens, conforme pode ser observado na Tabela 10:

Tabela 10 - Principais Políticas Contábeis da TOTVS em 2014

Item	DESCRIÇÃO
01	Contexto operacional
02	Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis
03	Instrumentos financeiros
04	Contas a receber de clientes
05	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
06	Receitas e despesas
07	Tributação
08	Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Neste ano de 2014 a empresa suprimiu de suas políticas contábeis os itens que apresentavam apenas cópias literais das normas e textos retirados dos regulamentos contábeis, mantendo os itens acima por apresentarem informações relevantes, bases de cálculo para contabilizações e julgamentos da empresa para apresentarem a melhor estimativa possível. Estes itens também tiveram sua apresentação reformulada, de tal forma a reduzir a quantidade total de páginas sobre Principais Políticas Contábeis de 21 para apenas 5 páginas.

Em 2015 a empresa divulgou 11 itens de políticas contábeis, conforme a Tabela 11:

Tabela 11 - Principais Políticas Contábeis da TOTVS em 2015

Item	DESCRIÇÃO
01	Contexto operacional
02	Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis
03	Informações por segmento
04	Instrumentos financeiros
05	Contas a receber de clientes
06	Estoques
07	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
08	Receitas e despesas
09	Tributação
10	Subvenção governamental
11	Novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Mesmo realizando a inclusão de 3 itens em comparação ao ano anterior a empresa manteve a mesma sensibilidade em manter apenas informações relevantes. Nesta Nota não são observadas cópias irrelevantes de normas e nem trechos dos regulamentos contábeis. Neste ano

de 2015 a seção de principais políticas contábeis ocupou 6 páginas das notas explicativas, mantendo uma grande redução em comparação às 26 do ano-base.

Em 2016 a empresa realizou novamente a abertura em 11 itens, expostos na Tabela 12:

Tabela 12 - Principais Políticas Contábeis da TOTVS em 2016

Item	DESCRIÇÃO
01	Contexto operacional
02	Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis
03	Instrumentos financeiros
04	Contas a receber de clientes
05	Estoques
06	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
07	Arrendamentos
08	Receitas e despesas
09	Tributação
10	Subvenção governamental
11	Normas novas que ainda não estão em vigor

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Neste ano de 2016 não houve a inclusão de nenhum novo item, entretanto as descrições utilizadas ocuparam uma página a mais do que no ano anterior. Mesmo com este aumento de página não foram observados textos irrelevantes entre as informações divulgadas pela TOTVS.

Em 2017 a empresa realizou a abertura em 12 itens, expostos na Tabela 13:

Tabela 13 - Principais Políticas Contábeis da TOTVS em 2017

Item	DESCRIÇÃO
01	Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
02	Mensuração do valor justo
03	Instrumentos financeiros
04	Contas a receber de clientes
05	Estoques
06	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
07	Arrendamentos
08	Ajuste a valor presente de ativos e passivos
09	Receitas e despesas
10	Tributação
11	Subvenção governamental
12	Pronunciamentos emitidos, mas não vigentes

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

A mudança em 2017 foi na estrutura das notas explicativas. Para os anos anteriores a empresa iniciou a divulgação com as principais políticas contábeis, enquanto no ano de 2017 a empresa inseriu itens introdutórios. No item 2.4 sob o nome "Resumo das principais práticas contábeis" abordou-se este tema e pode ser observado que a sensibilidade em manter apenas informações relevantes se manteve e este item totalizou 6 páginas.

Em 2018 a empresa realizou a abertura em 14 itens, conforme Tabela 14:

Tabela 14 - Principais Políticas Contábeis da TOTVS em 2018

Item	DESCRIÇÃO
01	Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
02	Mensuração do valor justo
03	Instrumentos financeiros
04	Contas a receber de clientes
05	Estoques
06	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

07	Arrendamentos
08	Ajuste a valor presente de ativos e passivos
09	Receitas e despesas
10	Tributação
11	Subvenção governamental
12	Economia hiperinflacionária na Argentina
13	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes
14	Novas normas, alterações e interpretações de normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Neste ano de 2018 a maior alteração se verificou na inclusão do item “Economia hiperinflacionária na Argentina”, entretanto foi mantida a sensibilidade em não realizar a inclusão de cópias literais de normas. As principais políticas contábeis consumiram 8 páginas das notas explicativas.

Em 2019 a empresa realizou a abertura em 12 itens, expostos na Tabela 15:

Tabela 15 - Principais Políticas Contábeis da TOTVS em 2019

Item	DESCRIÇÃO
01	Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
02	Mensuração do valor justo
03	Instrumentos financeiros
04	Contas a receber de clientes
05	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
06	Arrendamentos
07	Ajuste a valor presente de ativos e passivos
08	Receitas e despesas
09	Tributação
10	Economia hiperinflacionária na Argentina
11	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes
12	Novas normas, alterações e interpretações de normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

Fonte: Preparada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da TOTVS.

Na divulgação de 2019 não houve alterações relevantes em comparação ao ano anterior. Esta nota explicativa totalizou 7 páginas.

Avaliando as divulgações realizadas no período de 2013 a 2019 é notório que houve uma grande mudança entre os exercícios de 2013 e 2014. Apesar da redução na quantidade de itens e textos apresentados, houve grande aumento da relevância de informações importantes, demonstrando a sensibilidade da empresa com os seus *stakeholders* com a observância da OCPC 07. Nos anos seguintes não são observadas alterações relevantes, ocorrendo apenas inclusões isoladas em cada ano, demonstrando que as alterações mais relevantes ocorreram no ano de 2014.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho objetivou avaliar as oportunidades de melhoria na qualidade da divulgação das demonstrações contábeis da empresa TOTVS S.A. Nas análises efetuadas foram encontradas evidências de que com a observância da OCPC 07, a empresa realizou melhorias em seus relatórios divulgados em 2014, comparando-os com as demonstrações contábeis divulgadas em 2013. Tais melhorias são mantidas e aprimoradas nos anos subsequentes, sendo estudadas as demonstrações ano a ano, finalizando no ano de 2019.

As principais melhorias identificadas se concentram na redução da quantidade de páginas e na melhoria da relevância das informações apresentadas, o que se mostra extremamente benéfico para a entidade, tendo em vista a possibilidade de redução nos custos

relacionados às publicações das demonstrações contábeis em jornais, propiciando um melhor entendimento de seus usuários ao apresentar em suas demonstrações, textos menos poluídos, mais claros e compreensíveis e, desta forma, consumindo menos tempo dos *stakeholders* e maior aproveitamento das informações escolhidas para serem divulgadas ao mercado.

Baseado nos resultados obtidos para o estudo das métricas comparativas, pode-se afirmar que a TOTVS S.A. promoveu alterações significativas ao realizar a redução em mais de um terço da quantidade de páginas em seus relatórios, sem prejudicar o conteúdo apresentado, sendo constatada ainda a melhoria na qualidade das informações divulgadas pela empresa, conforme já mencionado anteriormente.

A divulgação de informações imateriais e a repetição de textos dispostos nas normas são algumas das principais práticas que a empresa aboliu das suas divulgações ao mercado, tendo em vista as orientações apresentadas na OCPC 07.

Conclui-se, portanto, que a TOTVS S.A. observou estas orientações do CPC, levando-se em consideração que de 2014 a 2019, período estudado após a vigência da OCPC 07, as cópias literais de textos das normas e regulamentos contábeis foram abolidas de suas divulgações, apresentando apenas informações relevantes em suas demonstrações anuais.

Com a retirada dos trechos desnecessários em conjunto com a inclusão de tabelas para uma melhor visualização das informações, as demonstrações contábeis da companhia tiveram uma ênfase em informações relevantes, tornando-as mais relevantes aos tomadores de decisões.

A análise desenvolvida nas notas das principais políticas contábeis revelou ser evidente que informações imateriais constavam nas divulgações, tendo em vista a supressão de 18 itens apresentados em 2013 em comparação com as divulgações ocorridas em 2014, uma vez que se tratava de dados imateriais, redundantes ou que poderiam ser facilmente agrupados e resumidos em outros itens. Sendo identificado que a apresentação realizada anteriormente não agregava valor para as demonstrações, a empresa priorizou o enfoque apenas nos itens relevantes de suas atividades.

Os resultados das análises realizadas nas notas das principais políticas contábeis e nas notas de Intangível revelaram que o principal fator negativo nas demonstrações da companhia em 2013 foi a repetição excessiva de textos extraídos das normas e, conforme demonstrado anteriormente, essa prática foi abolida das demonstrações contábeis. Desta forma as divulgações posteriores ao ano de 2013 atenderam às exigências da OCPC 07 e de seus *stakeholders*.

Diante do exposto, este trabalho registra que os resultados obtidos nas análises têm coerência com a preocupação apresentada pelos órgãos reguladores, em virtude do excesso de informações irrelevantes divulgadas desnecessariamente, as quais afetam negativamente a tomada de decisão dos usuários.

Conforme explicitado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, é possível realizar uma melhoria significativa na qualidade das demonstrações contábeis seguindo os preceitos definidos na OCPC 07 e dispondo de olhar crítico, objetivando apresentar apenas informações relevantes nas demonstrações contábeis das empresas, assim como ocorreu nas divulgações das demonstrações contábeis da TOTVS S.A. de 2014 e continuou até o ano de 2019.

Fica como sugestão aos demais pesquisadores para futuros trabalhos, o aprofundamento na análise das métricas apresentadas neste trabalho e a inclusão de outras que possam agregar ou refutar o apresentado durante este estudo, bem como a aplicação desta análise às demais empresas deste ou de outros setores do mercado, tendo como finalidade a comprovação do impacto da OCPC 07 como um todo no mercado, representando uma possível redução das divulgações, assim como ocorreu na TOTVS S.A.

Aos pesquisadores interessados também pode-se utilizar de métodos quantitativos para desenvolver um estudo quanto à tendência do mercado em relação ao nível de detalhamento de

informações desejado nas divulgações das entidades, metodologia de apresentação, intervalo esperado entre as divulgações, sendo possível traçar um paralelo entre os temas abordados neste e nos demais trabalhos e o valor de mercado observado das entidades, apresentando ainda principais pontos de oscilação observados.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1976). *Lei das Sociedades por Ações*. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Recuperado em 20 de setembro, 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). *CPC 04 (R1) – Ativo Intangível*. Recuperado em 20 de setembro, 2020 de [CPC 04 R1 rev 14 \(aatb.com.br\)](http://www.cpc.aatb.com.br/CPC_04_R1_rev_14).
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2014). *OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral*. Recuperado em 20 de setembro, 2020 de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). *CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Recuperado em 26 de dezembro, 2020 de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2019). *CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*. Recuperado em 20 de setembro, 2020 de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf).
- Dye, Ronald A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, nº 32, p. 181-135.
- Franco, Hilário. (1989). *Contabilidade Geral*. 21 ed. São Paulo: Atlas.
- Gibbins, M.; Richardson, A. J.; Waterhouse, J. (1990). The management of financial disclosure: opportunism, ritualism, policies and processes. *Journal of Accounting Research*, v. 28, p. 121-143.
- Godoy, Arilda Schmidt. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. Recuperado em 20 de setembro, 2020 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=pt&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.
- Iudícibus, Sergio. (2000). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, Sergio; Martins, Eliseu; Carvalho, L. Nelson. (2005). Contabilidade: Aspectos Relevantes da Epopeia de sua Evolução. *Revista de Contabilidade Financeira da Universidade de São Paulo*, nº 38, p. 7-19, São Paulo.
- Kam, Vernon. (1986). *Accounting theory*. Hayward, CA: John Wiley.
- Lang, Mark; Lundholm, Russel. (1993). Cross-sectional determinants of analyst rating of corporate disclosures. *Journal of Accounting Research*, v. 31, nº 2, p.246-271, Autumn.
- Martins, Gilberto de Andrade. (2008). *Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Martins, Maria de Fátima Oliveira. (2001). *Um passeio na contabilidade: da Pré-História ao novo Milênio*. Adcontar, v. 2, nº 1, p 7-10, Belém, Maio.
- Santos, E. S.; Calixto, L.; Bispo, M. F. (2019). Impact of the Brazilian Accounting Pronouncements Committee's New Guideline (OCPC 07) on the Downsizing of Companies' Notes. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 30, p. 58-72.

- Santos, E. S.; Silva, F. A. M.; Sheng, H. H.; Lora, M. I. (2018). Compliance with IFRS Required Disclosure and Analysts' Forecast Errors: Evidence from Brazil. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 29, p. 77-100.
- Salotti, B. M.; Yamamoto, M. M. (2006). *Informação Contábil*. São Paulo: Atlas.
- Salotti, B. M.; Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a teoria da divulgação. *Brasileian Business Review*, Vitória, v. 2, nº 1, p. 53-70, jun.
- Salotti, B. M.; Yamamoto, M. M. (2008). Divulgação Voluntária das Demonstrações dos Fluxos de Caixa no Mercado de Capitais Brasileiro. *Revista de Contabilidade Financeira*. Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 19, nº 48, p. 37-49, dez.
- Ventura, Magda Maria. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. Recuperado em 20 de setembro, 2020 de http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf.
- Verrecchia, R. E. (1990). Information quality and discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, n. 12, p. 365-380.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, nº 32, p. 97-180.